

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E **FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL N° 25/2020

Período: 18/07/2020 - 24/07/2020 **GEDES - UNESP**

Segurança Internacional

- 1- Plano Nacional de Defesa I: Ministério da Defesa vê ameaças futuras na América do Sul e solicita aumento do orçamento
- 2- Plano Nacional de Defesa I: Fernando Haddad comentou proposta de aumento do orcamento da Defesa
- 3- Militares no governo I: número de militares no governo federal aumentou nos últimos anos
- 4- Militares no governo II: colunista analisou a responsabilidade dos militares no governo de Jair Bolsonaro
- 5- Militares no governo III: colunista analisou a forma com que a imprensa retrata os militares presentes no governo Bolsonaro
- 6- Militares no governo IV: governo avaliou a criação de cargos exclusivos de militares e o aumento de suas remunerações para até R\$ 7 mil
- 7- General Eduardo Pazuello afirmou em entrevista não saber o que foi o Al-5
- 8- Em entrevista, historiador avalia que governos perderam a chance de discutir o papel das Forças Armadas no regime democrático
- 9- Filha do ministro Braga Netto foi aprovada em cargo na gerência da Agência Nacional de Saúde Complementar.
- 10- Ministro interino da Saúde comentou sobre o isolamento social
- 11- Em coluna opinativa, Ozires Silva comentou sobre a Embraer e o interesse nacional
- 12- Militares e empresária foram condenados por estelionato e falsidade ideológica
- 13- Ministro da Defesa participa de encontros para acompanhar ações das Forças Armadas no combate à covid-10 e às queimadas na Amazônia

1- Plano Nacional de Defesa I: Ministério da Defesa vê ameaças futuras na América do Sul e solicita aumento do orcamento

De acordo com o periódico Correio Braziliense, com as atualizações da Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa (LBD), encaminhadas ao Congresso Nacional para discussão, os militares estão considerando ameaças ao Brasil e seu entorno estratégico. "[O] Plano alerta para possíveis 'tensões e crises' na América do Sul e, sem citar nominalmente a Venezuela, avalia 'possíveis desdobramentos' de conflitos em países vizinhos", afirmou o periódico. Outros fatores "exógenos" também são considerados ameaça, como a presença da China na região, como analisou o

professor de Relações Internacionais, Alcides Costa Vaz. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, após os documentos estratégicos serem entregues ao Congresso, o ministro da Defesa comentou sobre a necessidade de maiores investimentos no setor, relacionados aos projetos e fragilidades das três Forças, pelo fato dos equipamentos já estarem velhos e obsoletos "[n]ossas fragatas, aeronaves, carros de combate estão muito antigos, todos com idade entre 40 e 50 anos. Então, temos de implementar nossos projetos, [...], mas para substituir o que está ficando obsoleto e antigo", afirmou o general Fernando Azevedo e Silva. Em editorial, o periódico Folha de S. Paulo discutiu os documentos da Defesa encaminhados ao Congresso, especialmente a proposta para "elevar o gasto das Forças Armadas a 2% do Produto Interno Bruto", como também o orçamento do Ministério da Defesa, que "desembolsou R\$ 109,9 bilhões em 2019", [...]. Praticamente três quartos dos recursos, R\$ 80,5 bilhões, foram destinados ao pagamento de pessoal". (Correio Braziliense - Política - 23/07/20; Folha de S. Paulo - Opinião - 24/07/20; O Estado de S. Paulo - Política -23/07/20)

2- <u>Plano Nacional de Defesa I: Fernando Haddad comentou proposta de</u> aumento do orçamento da Defesa

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, o ex-candidato à presidência da República e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, comentou a proposta do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, de aumentar o orçamento da pasta para 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Haddad afirmou não ser contra investir na defesa, citando os investimentos do governo Luiz Inácio Lula da Silva nessa área, mas questionou o que os "generais bolsonaristas" pretendem fazer com o montante extra, calculado em R\$ 500 bilhões, uma vez que sua contribuição para a crise pandêmica até aqui tem sido "aumentar a produção e importação de cloroquina". De acordo com o ex-prefeito, o Plano Nacional de Defesa que está sendo elaborado pelo governo federal indica o seu objetivo final ao destacar "tensões e crises" no continente "que poderiam obrigar o Brasil a mobilizar esforços na defesa de interesses do Brasil na Amazônia e Atlântico Sul (pré-sal)". Se referindo à Venezuela, Haddad indagou se "o contribuinte brasileiro também vai pagar por uma guerra que não é nossa contra um vizinho que nunca representou uma ameaça à soberania brasileira." (Folha de S. Paulo - Opinião - 18/07/20)

3- <u>Militares no governo I: número de militares no governo federal aumentou nos</u> últimos anos

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, um levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a pedido do ministro Bruno Dantas, revelou que o número de militares que ocupam cargos na administração pública federal mais do que dobrou nos últimos dois anos, passando de 2.765 em 2018, para 6.157, em 2020. O relatório apontou ainda que uma parcela desse crescimento – 1.969 – se deve à contratação temporária de reservistas para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), por meio de edital aberto em maio de 2020. Ainda de acordo com *O Estado*, outra parcela desse aumento corresponde a cerca de 709 membros da ativa ou da reserva que ocupam cargos comissionados, na Presidência da República, na Vice-presidência e nos

Ministérios. De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, a presença de militares da ativa na administração pública cresceu 33% desde o início do governo de Jair Bolsonaro, além de ter aumentado 125% ao se analisar os últimos 20 anos. Segundo a Folha, entre o final da década de 1990 e até 2016, ou seja, entre os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a presença de militares era concentrada em três órgãos: o Ministério da Defesa, a Vice-Presidência e o Gabinete de Segurança Institucional, sediado na Presidência da República. De acordo com a Folha, dados do Ministério da Economia indicam que no ano de 1999, no governo de FHC, cerca de 1.137 militares ocupavam postos relevantes no Executivo. De outro lado, em 2010, no governo Lula, esse número aumentou em 18,8%, chegando em 1.421 militares. O governo de Dilma Rousseff teria aumentado em 29% a presença de militares no governo, que, além dos três órgãos mencionados, tiveram presença significativa no órgão criado para organizar os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Fernando Azevedo e Silva, atual ministro da Defesa, foi indicado para coordenar esse órgão. Contudo, a partir de 2016, com o governo de Michel Temer, os militares tiveram sua presença expandida em 4,8% e passaram a participar de outros órgãos, como a Advocacia-Geral da União e o Ministério da Fazenda, além de nomear um militar para comandar o ministério da Defesa, o que não ocorria desde o fim do regime civil-militar (1964-1985). Atualmente, 10 dos 23 ministros de Bolsonaro tem origem militar. De acordo com o jornal, a presença de militares gera insatisfação nas três Forças, pelo receio de que a imagem das Forças Armadas seja abalada. Ao ser guestionado pela Folha, o ministério da Defesa declarou que o número que atua no governo não é representativo, visto que havia até agosto do ano passado 366 mil militares da ativa. Segundo a Folha, o presidente estaria sendo pressionado a nomear um civil como ministro da Saúde. (Folha de S. Paulo -Poder – 19/07/20; O Estado de S. Paulo - Política - 18/07/20)

4- <u>Militares no governo II: colunista analisou a responsabilidade dos militares no governo de Jair Bolsonaro</u>

Em sua coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, Jânio de Freitas comentou sobre as críticas em relação à corresponsabilidade das Forças Armadas no governo Bolsonaro. De acordo com Freitas, os generais responsáveis pela aproximação das Forças Armadas com o governo Bolsonaro se equivocaram em suas análises conjunturais e buscaram relevância nas duas áreas mais expostas a críticas atualmente, a Saúde e a Amazônia. Nesse sentido, Freitas afirmou que "os militares do Exército não têm aptidão para lidar com essas circunstâncias adversas. Fazem dos fatos e das divergências a leitura facciosa e fantasiosa aprendida como arma na Guerra Fria." Por outro lado, ao relembrar as críticas realizadas pelo ministro Gilmar Ferreira Mendes, do Supremo Tribunal Federal, Freitas declarou que a reprovação não se referia à fragilidade do Ministério da Saúde em relação às Forças Armadas, mas sim à substituição de 28 funcionários técnicos em áreas de saúde por militares. tornando o Ministério da Saúde um "quartel inútil", e também a não execução daquilo que foi considerado como indispensável no combate à pandemia no mundo pelo Ministério da Saúde militarizado. Desta forma, Freitas declarou que não foi uma inverdade a afirmação de Mendes de que "o Exército está se associando a esse genocídio". (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 19/07/20)

5- Militares no governo III: colunista analisou a forma com que a imprensa retrata os militares presentes no governo Bolsonaro

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, a colunista Flavia Lima, formada em ciências sociais pela Universidade São Paulo e em direito pela Universidade Mackenzie, declarou que os militares presentes no governo de Jair Bolsonaro já foram retratados pela imprensa de várias formas e algumas que delas podem confundir os leitores que buscam entender a relação entre as Forcas Armadas e o governo Bolsonaro. A colunista afirmou que a versão mais presente na imprensa foi a de que os militares são a ala racional do governo, ao se oporem à chamada ala ideológica. No entanto, nos últimos meses essa narrativa teria mudado levemente, pela Folha e por outros veículos de imprensa, e os militares presentes no governo passaram a ser analisados como um grupo que apoia o governo. Apesar disso, a narrativa não alterou por completo o apoio dos veículos de imprensa aos militares, pois anteriormente estes possuíam apoio incondicional da imprensa, agora passaram a ter um apoio condicionado. De acordo Lima, a Folha recebeu de um leitor a sugestão de mapear o alinhamento dos generais da ativa do Exército à Bolsonaro e sua relação com membros do alto-escalão das Forças Armadas. Para ela, a imprensa ainda não conseguiu entender totalmente quão alinhados estão os generais. Ainda assim, atualmente os militares são o principal ator político no Executivo. Lima afirmou ainda que o jornalismo mostrou falta de preparo para cobrir as razões históricas que explicam isso. Os jornalistas que mantinham contato com membros das Forças Armadas eram um grupo pequeno que analisava a indústria bélica e o meio ambiente, por conta de guestões nucleares e operações na Amazônia. Desta forma, somente após a eleição de Bolsonaro que os repórteres que fazem a cobertura política passaram a ter que analisar os militares, grupo que dialoga pouco com a sociedade. Sendo assim, os jornais deveriam formar repórteres que conheçam a história das Forças Armadas e seus códigos e que não as enxerguem como atores políticos desinteressados. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs -19/07/20)

6- Militares no governo IV: governo avaliou a criação de cargos exclusivos de militares e o aumento de suas remunerações para até R\$ 7 mil

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, governo do presidente da República Jair Bolsonaro estuda a criação de duas categorias de cargos e gratificações no Poder Executivo para a ocupação exclusiva de militares. Atualmente, os oficiais que exercem cargos de confiança na administração pública recebem até R\$ 1.734,92, mas podem passar a receber até R\$ 6.991,73, caso a Medida Provisória seja aprovada. Além das vagas exclusivas, militares também poderão acumular a remuneração integral dos cargos do governo com a que recebem por seu posto na hierarquia militar. Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), a quantidade de militares em postos civis mais que dobrou durante o governo Bolsonaro, passando de 2.765 em 2018 para 6.157 em 2020. Além disso, militares foram os mais contemplados com reajustes de soldos e gratificações, aprovados desde o fim de 2019, enquanto parte dos servidores civis está com salários congelados há quase três anos. De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o Departamento

de Modelos Organizacionais do Ministério da Economia cobrou os cálculos que justifiquem o aumento de remuneração através de cargos novos criados para militares. O Ministério da Economia questionou esse "aumento significativo" de verba destinado aos militares, inclusive pondo em questão se foi utilizado um índice de reajuste de valores para chegar a tais montantes. O Gabinete de Segurança Internacional (GSI), comandado pelo general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, justificou que se trata de uma forma de "corrigir distorções", sem apresentar quaisquer cálculos acerca dessa alegação. Conforme noticiado pela Folha, a Lei Complementar 173 impõe limites ao aumento de despesas com pessoal até o final de 2021, e a medida provisória seria uma forma de contornar essa legislação, estabelecida para colocar em primeiro plano os eventuais gastos de estados e municípios para contornar a pandemia da COVID-19. O general Augusto Heleno reiterou a importância dessas novas medidas e disse que a proposta é antiga e que corrige desigualdades com servidores civis que têm as mesmas atribuições. (Correio Braziliense - Política - 21/07/20; Folha de S. Paulo - Poder - 21/07/20; O Estado de S. Paulo - Política - 20/07/20)

7- General Eduardo Pazuello afirmou em entrevista não saber o que foi o Al-5 De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o general da ativa Eduardo Pazuello, ministro interino da Saúde, afirmou em entrevista à revista Veja, ao ser questionado sobre manifestações de rua pedindo pelo fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional, não saber o que foi o Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 1968, durante a ditadura militar (1964-1985), que "deu ao presidente poderes quase ilimitados, como fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos, suspender direitos políticos e a garantia de habeas corpus para suspeitos de crimes políticos". Na mesma entrevista, Pazuello também disse que não se incomodou com a declaração recente do ministro do STF Gilmar Ferreira Mendes de que "o Exército está se associando a um genocídio" e que sua conversa com o ministro havia sido tranquila. Ainda de acordo com a Folha, Pazuello respondeu as críticas ao número de militares no Ministério da Saúde afirmando que "dos quinze militares da ativa que trouxe para auxiliá-lo, apenas quatro estão em cargos de chefia", e que os membros das Forças Armadas são "um recurso humano formado e pago pelo contribuinte." (Folha de S. Paulo - Poder - 18/07/20)

8- Em entrevista, historiador avalia que governos perderam a chance de discutir o papel das Forças Armadas no regime democrático

Em entrevista ao periódico *Folha de S. Paulo*, Daniel Aarão Reis, historiador e professor da Universidade Federal Fluminense, especialista em história do regime militar (1964-1985) no Brasil e das esquerdas, afirmou que teria faltado aos governos que foram eleitos após o período militar coragem para enfrentar questões que envolvessem as Forças Armadas. Segundo Reis, desde o golpe militar que instaurou a República em 1889, os militares criaram a concepção de que seriam os mentores do regime, sendo a mudança dessa concepção importante para o fortalecimento da democracia. Para Reis, é necessário disseminar aos militares a ideia de que são funcionários públicos uniformizados. Reis afirmou que perdemos a chance de realizarmos esse debate nos últimos 30 anos, debater com a sociedade civil e as Forças Armadas o seu papel. No

lugar disso, o que se fez foi afastar as Forças Armadas, cultivando "amarguras e ressentimentos". (Folha de S. Paulo – Poder – 19/07/20)

9- <u>Filha do ministro Braga Netto foi aprovada em cargo na gerência da Agência Nacional de Saúde Complementar.</u>

Conforme noticiado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, a Casa Civil aprovou a nomeação da filha do ministro general Walter Souza Braga Netto para um cargo de gerência na Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS). O pai de Isabela Braga Netto é o titular da pasta. Com salário previsto de R\$13 mil reais, a indicação ainda está sendo analisada pela diretoria da agência reguladora, pois a Casa Civil analisa apenas a idoneidade de todas as indicações feitas. Ainda não há previsão para a análise ser concluída. (O Estado de S. Paulo – Política – 21/07/20)

10- Ministro interino da Saúde comentou sobre o isolamento social

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o atual ministro-interino, general Eduardo Pazuello, comentou sobre a sua atuação como ministro, como também a relação entre a curva de contaminação e óbitos da COVID-19. Segundo o general, "não cabe ao ministro executar essa ou outra medida de isolamento social" e "uma coisa é a curva crescente de contaminação e outra coisa é a curva de óbitos". Por fim, ele destacou o fato da região Sul estar em ascendência de número de casos, uma vez que a mesma se encontra no inverno "[e]stamos no inverno que é o momento mais crítico para as doenças por contaminação", afirmou o general Pazuello. (Correio Braziliense - Brasil - 23/07/20)

11- Em coluna opinativa, Ozires Silva comentou sobre a Embraer e o interesse nacional

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, Ozires Silva, fundador da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), comentou sobre a empresa e a parceria com a Boeing que não ocorreu. Segundo ele, "era uma aliança benéfica para a aviação civil, que preservava os interesses da [Força Aérea Brasileira] FAB e do Estado Brasileiro". Ele também comentou sobre a trajetória da empresa que hoje é competidora no mercado de jatos regionais (até 150 passageiros) e "hoje, seu jato de transporte multimissão, o C-390 Millenium, é o mais moderno em produção". (Folha de S. Paulo - Opinião - 23/07/20)

12- <u>Militares e empresária foram condenados por estelionato e falsidade ideológica</u>

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, seis militares e uma civil foram condenados por estelionato e falsidade ideológica, "[u]m capitão, dois tenentes e uma ex-tenente, um coronel e a dona da empresa [...] respondem na ação por estelionato e falsidade ideológica". O caso é do período entre 2008 e 2010, em que empresas de equipamentos de informática "emitiam notas fiscais para justificar pagamentos por produtos que não eram entregues", os militares tinham participação na parte do almoxarifado e administrativo do Hospital Militar de Área do Recife. Já na região da Amazônia, a Justiça condenou outros dezenove

militares e sete civis "por fraudes na compra de alimentos e embarcações" no período de 2003 e 2005. (O Estado de S. Paulo - Política - 23/07/20)

13- Ministro da Defesa participa de encontros para acompanhar ações das Forças Armadas no combate à covid-10 e às queimadas na Amazônia Conforme noticiado no periódico *Correio Braziliense*, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, se encontrou no Amapá com o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP), "para acompanhar as ações das Forças Armadas em operação de combate à COVID-19". O general também esteve na cidade de Marabá, estado do Pará, onde encontro o governador do estado, Helder Barbalho (DEM), "para acompanhar o trabalho das Forças Armadas no combate ao desmatamento e queimadas na Amazônia". (Correio Braziliense - Política - 24/07/20)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Cristiano Manhães (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Zavalski Mano (Redator, graduando em Relações Internacionais); Julia Ribeiro Dos Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victória Balmat Silva Neto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).